



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)
Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)
Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)
André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)
Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)
Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)
Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)
Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)
Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcelo de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquista**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)
Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)
Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)
Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

AQUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL

Leonardo Mercher¹

Ariane de O. Saraiva²

RESUMO: O objetivo central deste artigo é mostrar que o espaço deixado pelos governos centrais é preenchido pela atuação subnacional, analisando a participação e o discurso das cidades do MERCOSUL que tomam para si parte dessa responsabilidade e contemplam os desafios institucionais derivados das limitações normativas dos Estados em produzir iniciativas que alcancem todas as vertentes culturais de seus territórios. Assim, as cidades do Cone Sul, através da Unidade Temática Cultural da Mercocidades, busariam fomentar as relações culturais de suas comunidades através da cooperação descentralizada e legitimadas por seus governos centrais junto ao princípio da subsidiariedade. Percebe-se que o princípio da subsidiariedade está presente no MERCOSUL, tanto pela legitimação dos governos centrais do MERCOSUL ao institucionalizar a Rede de Mercocidades ao bloco, como através das atividades subnacionais das cidades nas Unidades Temáticas, englobando não apenas discursos de identidade nacional ou regional, mas valorizando as práticas e identidades locais, tornando-se mais pluralista e próxima da diversidade das comunidades pertencentes ao projeto de integração. As análises contam com documentos disponibilizados no sítio da Mercocidades e compreendem as iniciativas entre 2004 e 2011, por ser a documentação disponibilizada pela Rede na Unidade Temática de Cultura. Os principais resultados demonstram que as cidades ampliaram a agenda cultural do MERCOSUL através da Unidade Temática de Cultura sob a perspectiva do efeito bumerangue e legitimadas pelo princípio da subsidiariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Descentralizada; Mercosul; Mercocidades; Cultura.

INTRODUÇÃO

Os processos de integração regional formam um campo de debate das relações internacionais que permitem a participação de novos atores transnacionais, fugindo da percepção tradicional centrada no Estado-Nação. Os atuais atores subnacionais – ou seja, aqueles de origens internas a um Estado-Nação – buscam, cada vez mais, exercerem atividades externas às suas fronteiras políticas. As dinâmicas internacionais passaram, na segunda metade do século XX, a ocupar espaços relevantes das agendas

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela PUC-Rio e em História Social da Arte e em Comunicação, Cultura e Arte pela PUC-PR. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da UFPR (NEPRI/UFPR). E-mail: lmercher@uol.com.br

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da UFPR (NEPRI/UFPR). E-mail: arianesaraiva@gmail.com



dos governos locais que os impelem a participar de diversos debates internacionais contemporâneos. Dentre tantas naturezas dos atores subnacionais, como províncias, estados federados e regiões autônomas, encontram-se os governos municipais e as cidades que, além de gozarem de uma autoridade política-territorial, também se organizam em redes e outras formas coletivas para defenderem seus interesses, sobretudo, diante das políticas executadas por seus governos centrais (Estado-Nação).

Conceitualmente, as cidades possuem uma natureza mista, ou seja, “a meio caminho entre o que James Rosenau (1990, p. 36) denominou ‘atores condicionados pela soberania’ – *sovereignty-bound* – e ‘atores livres de soberania’ – *sovereignty-free*” (SALOMON; NUNES, 2007: 103). Para tanto, as cidades dentro das diversas análises acadêmicas constituiriam um grupo específico de atores internacionais que estão, quase sempre, ligados a uma atuação transnacional diante das fronteiras nacionais de seus governos centrais. Esse movimento transnacional, defendido pelo efeito bumerangue (FINNEMORE; SIKKINK, 1998), seria resultado dos processos contemporâneos dos séculos XX e XXI, como as dinâmicas de integração regional e da globalização da informação, que permitiriam maior consciência das comunidades locais diante das possibilidades que as relações internacionais também ofertariam para além das políticas de seus governos centrais.

A existência desses novos atores subnacionais e suas atuações transnacionais, seguindo as premissas do efeito bumerangue (FINNEMORE, 1998), aponta para uma necessidade de se expandir a percepção dos processos internacionais, transnacionais e discursos teóricos para além da política externa estatal. A cooperação existente entre tantas dimensões político-territoriais, sobretudo contemplando a especialização de cada novo ator que se insere, demonstra que, se o Estado ainda é um importante ator internacional, as cidades também devem ser analisadas em suas atuações por ilustrarem novas possibilidades como a cooperação descentralizada (sem a participação de um governo central) e horizontal (evitando relações de hierarquias – verticais – entre os atores envolvidos). Dentre alguns dos suportes que sustentam e legitimam essa cooperação descentralizada exercida pelas cidades se encontra o princípio da subsidiariedade.

Para cada desafio que se busca ultrapassar se faz necessária certa proximidade com o objeto ou situação desafiadores. Diante de um problema, alguns atores podem ter maior ou menor proximidade com a questão e essa proximidade pode ser denominada especialização. Essa proximidade, compreendida como uma especialização dos atores sobre determinado problema ou desafio, sustentou a absorção do princípio da



subsidiariedade ao longo do século XX. Os desafios internacionais dentro dos processos de integração da União Europeia incentivaram os governos centrais a escutarem os governos locais que se envolviam diretamente com os empecilhos à integração e a defenderem esse princípio que seria “a repartição de atribuições ou competências entre diversos âmbitos” (STUART, 2004: 125).

O princípio da subsidiariedade esteve presente no processo de integração da União Europeia desde o *Projeto de Tratado sobre a União Europeia* (1975) até a consolidação do Comitê das Regiões da União Europeia (1992). O *Protocolo sobre Subsidiariedade*, elaborado nos anos 1990, defendia ainda que a ação transnacional sobre alguma questão na União Europeia deveria ser posta em prática preferencialmente quando dessas instituições locais pudessem solucionar com maior eficácia em relação às suas instancias nacionais. Esse princípio, reconhecido pelos Estados, permitiu ainda a materialização de organizações exclusivamente subnacionais que passaram a atuar tanto na esfera da integração regional, como também a um nível internacional mais amplo. Um exemplo pertinente às demais redes de cooperação descentralizada seria a Rede de Cidades da União Europeia (Eurocidades), que trouxe consigo a defesa da inclusão de novos atores subnacionais nos debates sobre os rumos do bloco europeu.

No MERCOSUL, seguindo o exemplo das Eurocidades, formou-se a Rede Municipal de Cidades do Mercado Comum do Sul (Rede de Mercocidades), cuja fundação se deu em novembro de 1995, por prefeitos de onze cidades. Esses prefeitos “estariam convencidos de que o MERCOSUL precisava de maneira imperiosa dessas cidades para consolidar uma visão de autêntica cidadania partindo desde as sociedades locais” (Mercocidades, 2012). Assim, o princípio da subsidiariedade chegou à América do Sul defendendo a percepção dos governos centrais sobre a importância das relações de proximidade e especializações dos governos locais diante de alguns desafios ao bloco, bem como outros vetores ao desenvolvimento regional. As áreas de atuação das Mercocidades buscaram, inicialmente, cobrir todas as áreas que se encontravam tradicionalmente já sob a gestão pública local, como serviços municipais tradicionais (saneamento, transporte, etc.) e educação. Mas a Rede, através de suas 14 Unidades Temáticas ou Unidades de Trabalho, incentivou as cidades do bloco a buscarem se relacionar com os mais diversos assuntos, tanto de interesse do MERCOSUL, como das agendas internacionais, como as questões de gênero da UNIFEM ou as culturais com a CGLU³.

³ A unidade de trabalho de gênero e municipalidades, na década de 2000, desenvolveu iniciativas junto ao Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM). Já a Unidade Temática de Cultura desenvolveu projetos



A cultura, especificamente, ingressou na agenda do MERCOSUL no final dos anos 90, mas segundo Maria Soares (2008, p. 53), de forma mais retórica do que prática, pois ainda seria considerada como supérflua e de valor apenas simbólico. Sua importância, entretanto, se revela na atenção dispensada ao tema por diversos países como França e Espanha, por constituir um importante recurso na construção da imagem do país e na defesa de seus interesses e potencialidades. O fomento da cultura a nível intrarregional, em particular, se fez importante para tornar as relações entre os povos mais próximas e estáveis, objeto de reconhecimento de valores e de confiança, evitando relações esporádicas e conjunturais. Ainda segundo Maria Soares (idem, p.66), no Mercosul, “as relações culturais estão sendo criadas por atores não-governamentais”. Assim, argumenta-se ao longo desse artigo que possíveis lacunas – deixadas pelos governos centrais – são preenchidas pelas cidades, sobretudo ao se analisar os documentos da Unidade Temática de Cultura (UTC) da Rede de Mercocidades. Se os governos centrais não conseguem atender a todas as demandas de seus entes subnacionais, estes tem tido êxitos ao buscarem, através da cooperação descentralizada, defenderem o que lhes são importantes e trocarem apoio para superarem desafios das mais diversas naturezas.

Desta forma, dentro do processo de integração regional do MERCOSUL é possível notar o princípio da subsidiariedade, desde a criação da Rede de Mercocidades reconhecida pelos membros do MERCOSUL, em 1995, até a legitimidade da atuação cultural das cidades através da UTC. O objetivo central deste artigo é mostrar que o espaço deixado pelos governos centrais é preenchido pela atuação subnacional, analisando a participação e o discurso das cidades do MERCOSUL que tomam para si parte dessa responsabilidade e superam as visões tradicionais de atores político-territoriais nas relações internacionais. Ainda que os Estados do bloco produzam iniciativas culturais importantes para a região, as cidades demonstram interesses próprios e atuam de acordo com seus interesses, gerando projetos que se diferenciam dos governos centrais, tanto em objetivos, como em áreas temáticas culturais. Assim, as cidades do MERCOSUL, através da Unidade Temática de Cultura das Mercocidades, buscariam fomentar as relações culturais de suas comunidades de forma desvinculada às propostas dos Estados-membros, através da cooperação descentralizada horizontal e sustentando o princípio da subsidiariedade pela aproximação e pela especialização sobre seus desafios locais.

da Agenda 21 com o grupo de trabalho cultural (UTC) da organização Cidades e Governos Locais Unidos a partir de 2008.



Para tanto, o artigo está composto por três seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente apresenta-se o tratamento dado à cultura no âmbito dos governos centrais no Mercosul, através das atas das Reuniões Ministeriais do Mercosul Cultural. Na segunda seção são feitas considerações pertinentes a respeito do princípio da subsidiariedade e da formação da Rede de Mercocidades. Por fim, na terceira seção é exposta a análise documental da Unidade Temática de Cultura (UTC) através da cooperação cultural descentralizada promovida pelas cidades-membro. As análises contam com documentos disponibilizados no sitio do MERCOSUL e das Mercocidades: no caso do Mercosul Cultural, são analisadas as atas de 1996 até 2007; e da UTC são analisadas atas e circulares dos anos de 2004 até 2011, exceto 2005 por não constar em acesso público. O período foi delimitado segundo a disponibilidade documental de ambas as instituições. Já os principais resultados demonstraram que as cidades conseguiram ampliar a agenda cultural do MERCOSUL ao tomarem iniciativas culturais quase sempre desvinculadas das agendas políticas de seus governos centrais – descentralizadas.

MERCOSUL CULTURAL: A CULTURA NA DIMENSÃO INTERGOVERNAMENTAL

O projeto de integração do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) se insere no contexto da globalização – intensificada na década de 1980 – e se associou às mudanças políticas e econômicas que levavam os Estados a valorizarem e explorarem oportunidades decorrentes de proximidade geopolíticas. As iniciativas de integração, ao final do século XX, também fizeram parte de estratégias de inserção internacional por parte de seus interessados, tanto no cenário econômico globalizado, como também no político. Desse contexto faz parte o regionalismo – integração econômica – que ressurgiu como uma alternativa eficiente à liberalização comercial através dos sistemas multilaterais de negociação geopolítica. O regionalismo não é um fenômeno estritamente econômico, embora frequentemente associado a acordos de livre-comércio. Em diferentes níveis ele acarreta mudanças de ordem política e nutre-se dessas mudanças, envolvendo coordenação de políticas públicas e externas, modificando imagens, perspectivas e comportamentos de uma gama de atores com históricos particulares de relações culturais com seus vizinhos.

Quando da constituição do MERCOSUL, pelo Tratado de Assunção em 1991, a dimensão cultural não foi contemplada entre suas cláusulas primárias e só será discutida como uma importante dimensão para a integração na I Reunião Técnica Especializada de



Cultura, em março de 1995. Após o primeiro encontro, em Buenos Aires, a Reunião Técnica Especializada ocorre novamente no mesmo ano na Cidade del Este originando, em 1996, a Reunião Ministerial da Cultura (RMC). Desde 1996 a RMC normalmente ocorre duas vezes por ano, com a participação dos Estados-membros do MERCOSUL, mas tal fato representou apenas um valor simbólico (SOARES, 2008, p.53), ou seja, de pouco valor prático e instrumental, residindo muito mais no plano da retórica. Segundo Escobar (2006, p.2) essas reuniões ministeriais sobre a cultura seria, inicialmente, apenas uma ação advinda da necessidade em responder ao imaginário coletivo da região que, certamente entende a cultura como uma área temática importante ao processo de integração regional visto que a mesma contempla desde as identidades sociais, até as diversidades, os conflitos e os possíveis consensos a serem alcançados nas dinâmicas de aproximação geopolíticas.

Dentre alguns dos apontamentos de Escobar (2006, p.8-9), sobre questões tangentes à integração regional diante da esfera cultural dos Estados-membros, dois se mostram importantes nessa obra: o primeiro trata da necessidade de se definir um conceito operativo de “cultura”, que sirva de base para as atividades e trâmites promovidos pelo MERCOSUL; e o segundo seria diferenciação das políticas culturais, que buscam tanto o respeito aos direitos autorais, como o desenvolvimento dos processos culturais. O primeiro apontamento conceitual, afastando-se da definição tradicional circunscrita às Belas Artes e ao patrimônio histórico, deve ser entendido, segundo o autor, numa concepção mais ampla, formada pelo conjunto de bens e práticas simbólicas, pelas quais as sociedades se reconhecem e se diferenciam levando à sua autocompreensão e legitimação social:

Esta idea amplia de cultura posibilita que el ámbito de los derechos culturales incluya la identidad y la memoria, las creencias, los conceptos y las ideologías, los lenguajes, las costumbres y tradiciones, el patrimonio, etc. Este es el concepto de cultura al que recurren las constituciones nacionales modernas para proclamar la vigencia de los derechos culturales y garantizar su ejercicio. Emplean este concepto extenso de cultura los Tratados Internacionales que consagran los derechos culturales como derechos humanos (ESCOBAR, 2006, p.8).

Juntamente com o conceito de cultura trabalhado por Escobar (2006), tem-se o conceito resgatado da antropologia⁴, por Edgar Telles Ribeiro (2011), para as relações exteriores. A cultura, segundo Edgar Ribeiro (2011, p.26), seria a realização de

⁴ A cultura para a antropologia seria a soma dos hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade ou um povo, ao longo de sua história (RIBEIRO, 2011, p.26).



expressões de comunidades e, no seio de cada cultura existiriam: culturas de classe; culturas regionais; culturas de minorias; e modismos culturais. Essas realizações, por sua vez, cobririam todos os campos da atividade humana: desde as artes até as ciências, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao esporte, do comércio ao lazer (RIBEIRO, 2011, p.27). A cultura, ainda que extensa e de difícil conceitualização, no MERCOSUL, passou a direcionar iniciativas estatais, sobretudo, à diminuição de barreiras e à aproximação para a compreensão dos diversos valores nacionais de seus Estados-membros.

Já o segundo apontamento de Escobar (2006) se refere à necessidade de se diferenciar as aplicações das políticas culturais, que se fixariam no respeito aos direitos autorais, bem como no discurso do desenvolvimento regional através de possíveis processos culturais⁵. Assim, as intervenções públicas das políticas culturais dos Estados deveriam cumprir um papel formal, uma vez que não é competência do Estado criar culturas (tarefa esta que se encontra a cargo dos agentes da sociedade civil), apenas promover condições propícias para sua criação (ESCOBAR, 2009, p.9). Logo, os Estados deveriam se limitar às formas pelas quais a cultura é produzida, transmitida e consumida como um valor social, uma vez que não podem comprometer os circuitos dos quais se processam sua construção e o seu sentido coletivo. Por fim, define o autor:

Un requisito básico para la eficacia de la integración cultural consiste en el funcionamiento a nivel oficial de instancias orgánicas capaces de asumir las gestiones que demanda una eficaz integración en lo cultural. La voluntad política de los Estados debe traducirse no sólo en el diseño concertado de políticas culturales, sino en la creación de mecanismos eficientes de implementación de las mismas y en la asignación de presupuestos adecuados al cumplimiento de los diferentes programas de gestión cultural. Las muchas declaraciones, los proyectos, los análisis y, aun, los convenios no llegan a adquirir realidad puesto que no se encuentran debidamente avalados y canalizados por dispositivos administrativos que los lleven a cabo (ESCOBAR, 2006, p. 2).

Diante da incapacidade de materializar políticas culturais de apoio ao livre movimento cultural (produção e intercâmbio regional) e da falta de valorização de uma diplomacia cultural articulada com a diplomacia tradicional pelos Estados-membros (SOARES, 2008, p.58), o conteúdo cultural do MERCOSUL caracteriza-se ainda por relações culturais espontâneas e, predominantemente de natureza turística (idem, 2008, p.54), não valorizando o rico capital cultural do Cone Sul como um possível instrumento para a promoção do desenvolvimento através do reconhecimento, do melhor diálogo de valores e, conseqüentemente, de maior confiança para a cooperação. Todavia, as

⁵ Esta última requer uma restrição em função de se referir às intervenções planejadas do Estado.

relações culturais dentro do MERCOSUL produziram algumas iniciativas que devem ter seus conteúdos analisados para melhor elucidação da questão cultural na região.

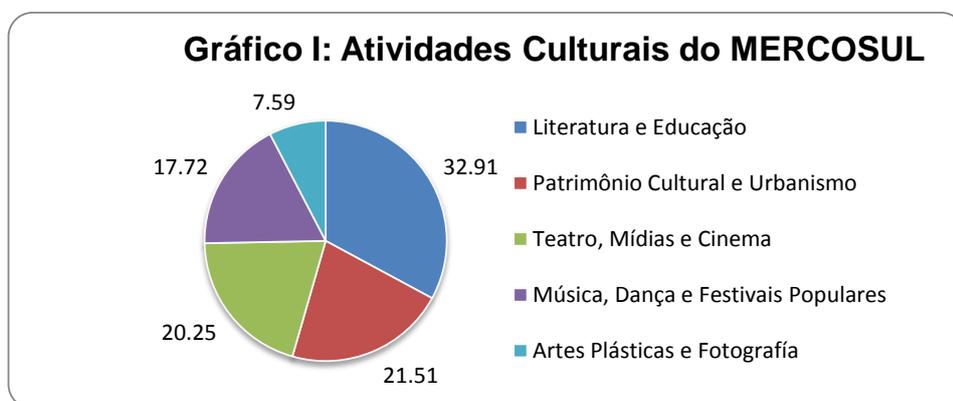
A partir do levantamento de informações contidas nas atas das duas Reuniões Especializadas, de 1995, e das RMC, de 1996 até 2007, é possível apresentar algumas considerações sobre o tratamento dos assuntos culturais no bloco. Tais considerações são feitas sob três preocupações: observar quais temas e atividades foram objeto de declaração de apoio do bloco; analisar como se revelaram diante dos pontos levantados acima, ou seja, a respeito do conceito de cultura e intervenção do Estado; e para servir de objeto de comparação com as iniciativas descentralizadas no campo cultural pelas cidades. A seguir é exposto o resultado da coleta de dados dos referidos documentos:

TABELA I: ATIVIDADES APOIADAS PELO MERCOSUL CULTURAL

Áreas Temáticas Específicas	1996-2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Literatura e Educação	18	1	1	4	0	2	0	26
Patrimônio Cultural e Urbanismo	7	4	4	0	1	1	0	17
Teatro, Mídias e Cinema	10	1	1	1	1	1	1	16
Música, Dança e Festivais Populares	3	2	2	6	0	1	0	14
Artes Plásticas e Fotografia	6	0	0	0	0	0	0	6

FONTE: Elaboração própria dos autores.

Após coleta de todas as iniciativas e sua divisão por ano de lançamento, bem como por áreas temáticas pré-definidas, pode-se perceber que algumas áreas estiveram mais presentes nos interesses dos Estados-membros do MERCOSUL do que outras. As atividades canalizadas no âmbito do MERCOSUL Cultural (1996-2007) configuraram a seguinte situação da promoção cultural em proporção das cinco categorias:



FONTE: Elaboração própria dos autores.



O primeiro caso é a literatura e educação, representando cerca de 33% das declarações de apoio, promoção e/ou participação dos governos nacionais em suas realizações. Nesta categoria, Literatura e Educação, além das menções a produções ou eventos literários, contabiliza-se também aquelas propondo difusão linguística. Faz-se evidente a vontade de difundir os idiomas dos Estados-membros, não apenas os oficiais – espanhol e português –, mas também os dialetos indígenas, como o Guarani. Dentre essas iniciativas é possível citar: o apoio à criação de um Centro de Língua e Cultural Guarani, com sede em Assunção (1997); a promoção da publicação de uma antologia de contos de escritores do MERCOSUL (2000); apoio à criação da biblioteca MERCOSUL, com o objetivo de que cada país do bloco escolhesse títulos de obras clássicas de sua literatura e que, em particular, incluíssem as histórias nacionais de cada país (2003).

O destaque nessa categoria poderia ser atribuído ao entendimento compartilhado de que tais expressões culturais seriam capazes de exercerem mais diretamente a representação da cultura e da identidade nacional, visto o intuito de diminuir barreiras linguísticas, aumentando o acesso e o conhecimento a respeito da diversidade presente na região. Diante disso seria possível correlacionar tal percepção a uma concepção ampla do conceito de cultura.

O segundo lugar dentre as categorias com mais menção de apoio estão as iniciativas voltadas à preservação e valorização do patrimônio histórico, representada por obras arquitetônicas e estética urbanas. Esta categoria representa aproximadamente 22% das declarações de apoio. Como exemplo de tais atividades é possível citar: “Missões Jesuíticas: caminhos para integração” (1995), destinado à preservação, restauração e valorização deste patrimônio cultural; e o Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos, realizado no Brasil (1997). É possível perceber que boa parte das atividades estão voltadas à produção de conhecimento específico, ou seja, produção de *know how* técnico (conhecimento profissional especializado) visando a manutenção de patrimônios culturais tidos como importantes para dois ou mais membros do bloco.

No que tange às atividades classificadas em teatro, mídias e cinemas, é possível dar destaque ao setor cinematográfico, dada existência da Reunião Especializada de Cinema e Artes Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM) que fornece relatórios recepcionados pela RMC, capazes de gerar recomendações ao Conselho do Mercado Comum (CMC) e dar respaldo a um esforço em direção à dimensão legislativa de tal mercado. Dentre os projetos recepcionados está o Foro de Competitividade das Cadeias Produtivas da Indústria Cinematográfica, apresentado pela V Reunião Ordinária da



RECAM, reconhecendo sua contribuição de tal indústria na região (2005). Ainda nesse âmbito foi proposto pela Argentina o Prêmio Melhor Projeto Cinematográfico do MERCOSUL (2000), bem como o apoio institucional dentro e fora da região das mostras itinerantes de cinema do MERCOSUL. Na mesma ata nº 1 de 2000, no campo da mídia televisiva, intencionou-se estimular a programação cultural e o intercâmbio entre televisões dos países do MERCOSUL e apoiar especialmente a implementação de uma rede pública de televisão do MERCOSUL. Já no campo teatral, um exemplo de ação foi a decisão de patrocinar e declarar de interesse para a Região o II Encontro de Teatro de Bonecos (Fantoches) do MERCOSUL, realizado em 2005.

Música, danças e festivais, como categoria, se faz representar principalmente pela promoção de festivais culturais e da cultura musical em geral. Algumas das decisões de apoio se direcionam a eventos previamente existentes, permitindo-os agregar o caráter “mercosulino”, como no caso da Festa do Chamamé, realizada anualmente na Província de Corrientes, Argentina. A esta se autorizou que passasse a ser denominada Festa do Chamamé do MERCOSUL (2004). Mais exemplos de atividades em tal categoria são: a II Edição do CD ROM de compositores musicais do MERCOSUL (2002); o I Encontro de Culturas do MERCOSUL, realizado na cidade de Pilar, Paraguai, (2003); e a concordância em realizar o II Encontro Sul Americano das culturas populares na Venezuela (2006).

Em menor número de representatividade estão atividades classificadas como artes plásticas e fotografia que não estão relatadas em iniciativas a partir de 1999. Como exemplo das atividades nessa área da cultura tem-se: o curso de restauração de fotografias antigas (1996); a Exposição de Artes Plásticas itinerante, proposta pela Argentina e inaugurada em Buenos Aires como primeira aplicação do Carimbo MERCOSUL Cultural (1997); e a exposição itinerante de papagaios – obras de arte – “Cultura e Solidariedade no MERCOSUL: um céu comum para todos” também iniciada em Buenos Aires (1998). Percebe-se ainda a atenção dada às zonas fronteiriças, voltada a desenvolver a cultura local dotada de particularidades proporcionadas pelo constante intercâmbio típico das áreas de fronteiras. Dois projetos foram implantados e posteriormente avaliados: o Projeto piloto de bibliotecas fronteiriças do MERCOSUL (1998) e o “Plano piloto de fomento e desenvolvimento da cultura local em zonas fronteiriças” (1999); além disso, buscou-se promover a realização de uma Agenda Anual de Atividades Artístico-Culturais e Turísticas em Três Fronteiras (2003) e o I Festival Internacional de Três Fronteira (2004).

Embora possa ser avaliada insuficiente e de pouco avanço, no âmbito das políticas culturais, nota-se das reuniões ministeriais uma tentativa de manter algum espaço de



diálogos entre os setores público e privado em áreas como: artes cênicas e audiovisual; estudos relativos à Segurança Social dos Artistas e Trabalhadores Culturais (2000); na elaboração uma legislação regional sobre a circulação de bens e serviços culturais; de vincular cultura e economia através de diversos foros entre setores da indústria cultural/criativa; capacitação sistemática de gestores e administradores culturais, em coordenação e colaboração com as universidades e centros especializados da região já em 1995; o desenvolvimento de redes de informação cultural com articulação entre si no países do MERCOSUL; e a elaboração de projetos de recomendação para adoção de medidas sobre diversos temas e a declarada priorização de determinadas áreas⁶ (2005).

Por fim, no campo da promoção institucional, observa-se o esforço de consolidar o MERCOSUL Cultural e países associados – Bolívia e Chile –, de forma a ser reconhecido regional e internacionalmente. Tal pretensão tem como exemplo o oferecimento do Brasil, na qualidade de País Convidado de Honra por ocasião do Festival de Música de Miden, França, de abrir um espaço de difusão ao MERCOSUL. Como conclusão a respeito do MERCOSUL Cultural, a partir dos documentos das Reuniões Ministeriais, é possível dizer que, apesar de se perceber a ausência de um crescimento ou de um padrão de atividades, os países cooperam culturalmente, mas muito aquém de seu potencial e que os esforços institucionais para estabelecer mecanismos que permitam e intensifiquem maior intercâmbio e integração de políticas culturais por carecerem de coordenação e efetividades.

MERCOCIDADES: O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

Uma vez analisada a situação da integração cultural entre os Estados-membros e associados do MERCOSUL, podemos verificar a proposta central desse artigo: como se aplica o princípio da subsidiariedade no âmbito da cultura dentro do MERCOSUL, mais especificamente, como as cidades da região conseguiram viabilizar iniciativas culturais próprias e legitimadas por seus governos centrais (nacionais) dentro do bloco. A existência de uma estrutura no cenário internacional, composta por redes e demais organizações de governos locais, permitiu aos governos centrais, na segunda metade do século XX, encontrar um ambiente de atores transnacionais que interagem entre si sob normas comportamentais próprias, bem como expectativas diante dos diversos cenários internacionais que fugiam do tradicional sistema estatal. Por isso, a concepção de um

⁶ Seguintes áreas: patrimônio, acesso à cultura, inclusão social e cidadania, relação entre cultura e políticas de educação, criação e experimentação artística, turismo cultural, direitos do autor e audiovisual.



sistema subnacional internacional pode ser identificado e compreendido como por uma existência de grupos de atores distintos, como as cidades, que se organizaram e se relacionam tanto com suas dinâmicas e agendas intranacionais, como com as existentes no cenário internacional dos Estados.

Se as práticas da cooperação descentralizada pelas cidades atualmente se espalham por todo mundo, as origens dessa nova natureza da atuação subnacional no sistema internacional devem muito aos processos e atuações ocorridos na Europa, a partir dos anos 1970, no que diz respeito aos processos de integração regional. Esse novo movimento subnacional nas relações internacionais, além dos incentivos advindos dos processos de integração, seria também resultado da intensidade, da consciência coletiva e de processos contemporâneos da globalização (SASSEN, 2010). Foi com a União Europeia que o movimento subnacional ganhou maior sustentação de sua legitimidade e utilidade diante dos demais atores. Como visto na introdução, o princípio da subsidiariedade seria a repartição de atribuições ou competências entre diversos âmbitos aos atores que melhor demonstrassem conhecimento de causa e competências para sanar desafios de melhor maneira do que os demais (STUART, 2004: 125). Sua defesa deu-se, sobretudo, dentro do processo de integração da União Europeia e mantém-se até os dias de hoje incorporado nas práticas legais e políticas do bloco.

O princípio da subsidiariedade, trabalhado por Ana Maria Stuart (2004) no exemplo europeu, também chegou à América do Sul e veio, sobretudo, através do efeito bumerangue. Enquanto que o princípio defende certa autonomia aos entes subnacionais na esfera internacional referente à União Europeia – no limite das atribuições especializadas e na medida em que não possam ser suficientemente realizados pelos Estados membros – o efeito bumerangue, trabalhado por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998), possibilitou com que as cidades do MERCOSUL experimentassem um diálogo transnacional com seus governos centrais e conquistassem legitimidade em suas ações dentro do bloco nos anos 1990. O efeito bumerangue seria a leitura teórica dada pelos construtivistas (FINNEMORE, 1998) aos atores transnacionais que iriam ao cenário internacional, de forma transnacional aos governos centrais, para defender seus interesses locais. Sociedades, organizações não-governamentais, entes federados, associações e outras entidades ao buscarem defender seus interesses, diante de seus Estados, iriam às relações internacionais e, muitas das vezes construindo organismos e organizações internacionais que transfeririam a demanda dos atores transnacionais até seus Estados, fazendo o movimento do bumerangue: ação indireta e de retorno.



As cidades do Cone Sul, através do exemplo de organizações mais antigas, como a União de Cidades Capitais Ibero-Americanas, buscaram se organizar nos anos 1990 e, após a construção de redes, buscaram dialogar com seus governos centrais defendendo seus interesses internos já na esfera internacional, como na própria construção da Rede de Mercocidades, analisada mais adiante. A materialização de organizações exclusivamente subnacionais que atuam na esfera internacional, como a Rede de Cidades da União Europeia (Eurocidades), trouxe consigo a defesa de um sistema próprio que permitiu a inclusão de novos atores subnacionais, bem como a criação de outras estruturas paradiplomáticas semelhantes, como as redes. Ao conceito de rede de cooperação descentralizada (Mercocidades, 2012) entende-se aqui como a relação cooperativa horizontal normatizada em áreas específicas (por exemplo as Unidades Temáticas das Mercocidades). Portanto, uma rede de cooperação descentralizada seria um coletivo de atores com a mesma natureza (cidades), que não sustentam posições hierárquicas entre si (relações verticais) e que promovem, através da cooperação especializada, o alcance de interesses comuns.

As redes seriam os principais exemplos da cooperação descentralizada em um cenário internacional que buscam otimizar a atuação subnacional nas trocas e sobre as questões internacionais pertinentes aos governos locais. Diversas são as redes e suas áreas de atuação na América do Sul, como a Rede FAL (Rede Municipal do Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, fundada em 2001) e a Rede Municipal do Mercado Comum do Sul (Mercocidades, fundada em 1995). A atuação autônoma – paradiplomática – ou em redes de cooperação descentralizadas – entre pares – fez com que, nos últimos vinte anos, novas organizações surgissem, como a própria CGLU em 2004, em uma estrutura mais complexa e mais próxima das organizações internacionais tradicionais. O reconhecimento de suas agendas subnacionais pelos demais atores internacionais, como no caso da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) pela Organização das Nações Unidas (ONU) ou no caso da Rede de Mercocidades junto aos governos centrais do MERCOSUL, mostram um reconhecimento dos Estados tradicionais em delegar participação aos governos locais na tentativa de solucionar desafios comuns.

A existência dessas organizações e seus mecanismos também incentivam a criação de fóruns, encontros e de mais redes especializadas em diversas áreas que também torna a presença subnacional nas relações internacionais contemporâneas uma experiência nova diante dos períodos históricos anteriores. Os interesses que levam esses atores locais às relações internacionais são historicamente diversos, mas também podem ser identificados diante da contemporaneidade, como a própria Ana Maria Stuart



(2004), Tullo Vigevani (2004), Mónica Salomón (2007) e Saskia Sassen (2010) trabalham em suas obras. Alguns preceitos de identificação próprios como: defesa por maior autonomia nas questões políticas, econômicas e culturais; participação em dinâmicas internacionais, como nos processos de integração regional; fortalecimento de identidades locais; criação de redes e organizações que possibilitem a cooperação e o diálogo com demais atores do cenário internacional em áreas especializadas; e a busca pelo desenvolvimento de seus territórios e populações aos quais são responsáveis. Os interesses também variam de acordo com a natureza dos atores, como cidades, estados federados e regiões.

Tanto as cidades como as redes europeias se tornaram modelos de inserção internacional que foram utilizados na implementação de organizações subnacionais na América Latina. Além de esses atores virem à América do Sul dialogar, negociar e cooperar com governos centrais e locais, o conjunto de normas, conceitos e possibilidades de ações presenciados nessas trocas ensinaram e incentivaram cidades sul-americanas a buscar, em um primeiro momento, atuar autonomamente e, em seguida, buscarem uma estruturação coletiva nos processos políticos do Cone Sul. Foi a partir da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), fundada em outubro de 1982, que as cidades do Cone Sul foram instigadas a pensar o processo de institucionalização da paradiplomacia, sendo a Rede de Mercocidades fruto direto da atuação da Sub-Regional do Cone Sul da UCCI.

As cidades membros da Sub-Regional do Cone Sul da UCCI, em março de 1995, participaram do seminário “MERCOSUL: oportunidades e desafios para as cidades”. Logo após o evento foi assinada a Declaração de Assunção na qual ficou expressa a vontade por parte dos governos locais ali presentes em criar uma rede municipal nos moldes das europeias. Já em julho do mesmo ano alguns dos governos locais da região assinaram o Compromisso de Porto Alegre “através do qual as cidades manifestaram a sua vontade de acrescentar seu protagonismo no processo de integração regional” (Mercocidades, 2012). Em novembro de 1995 foi assinada a Ata de Fundação da Mercocidades pelos prefeitos que “estariam convencidos de que o MERCOSUL precisava de maneira imperiosa dessas cidades para consolidar uma visão de autêntica cidadania partindo desde as sociedades locais” (Mercocidades, 2012).

Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Montevideu, Assunção, Córdoba, Rosario e La Plata foram as onze cidades fundadoras da rede que, por definição e objetivos gerais em seu art. 2 de seu Estatuto (Mercocidades, 2012), pode-se destacar: favorecer a participação das cidades na estrutura do MERCOSUL; criar



mecanismos de comunicação em redes, entre as cidades, a fim de facilitar o intercâmbio de experiências e informações, bem como ao acesso dos cidadãos aos centros municipais de investigação, desenvolvimento tecnológico e cultural; estabelecer e impulsionar convênios e serviços recíprocos entre as diversas prefeituras e as redes que virem a se formar; coordenar a planificação e promoção de ações vinculadas ao crescimento e progresso urbano das cidades; difundir uma cultura democrática e democratizante a nível regional e nacional, estabelecendo uma relação mais estreita de cooperação para, através das prefeituras, definir políticas sociais adequadas; e, através de unidades técnicas de representação integrada, efetuar o inventário do patrimônio cultural e histórico das cidades do MERCOSUL, propondo medidas comuns que garantam sua preservação e difusão.

UNIDADE TEMÁTICA DE CULTURA: UMA ANÁLISE DE 2004 ATÉ 2011

Defendendo o princípio da subsidiariedade, as cidades membros da Rede de Mercocidades buscam defender seus interesses culturais em uma esfera de cooperação descentralizada horizontal. A própria estrutura da Rede, que possui quatorze unidades temáticas à cooperação descentralizada entre seus membros, defende a cultura como uma unidade temática própria (UTC) e de interesse ao desenvolvimento comum. A participação das cidades nas reuniões e efetivação das propostas da UTC não é obrigatória, ressaltando que a presença e o envolvimento de cada uma nos projetos discutidos e desenvolvidos são sustentados pelo interesse de cada prefeitura diante das propostas levantadas pelos anuários em janeiro. Em média a UTC reúne cidades duas vezes ao ano: sendo o primeiro encontro destinado a recuperar os projetos passados, bem como a discussão de propostas para o ano que se inicia; e o segundo para análise dos projetos em andamento e novas comunicações pertinentes dos membros. Entretanto, não existe uma agenda fixa de encontros, podendo ocorrer diversos encontros da UTC em apenas um ano.

Os encontros produzem atas que registram: os participantes e representantes administrativos das cidades ali presentes; as discussões institucionais sobre a UTC, a Rede ou sobre as relações com o Mercosul; e, sobretudo, as propostas e iniciativas municipais a nível cultural. Essas propostas e iniciativas são expostas nos anexos I e II. No anexo I se reafirmam os compromissos assumidos sobre projetos já estabelecidos em reuniões anteriores em andamento, como a implementação de concursos de fotografia e

festivais de curtas-metragens. Já em anexo II são registradas as iniciativas e os novos projetos inseridos nas discussões presentes na ata que, quase sempre, resultam em encontros paralelos das cidades interessadas para a realização das mesmas. Os registros da UTC não possuem um banco de dados onde archive estudos de impacto ou de eficiência dos projetos já consolidados, tornando-se eventual a presença de estudos de impacto de alguma proposta já concluída entre seus membros. Todavia, mesmo sem a presença de estudos de impacto e eficiência, é constante a presença de comentários sobre o desempenho dos projetos culturais nas atas disponibilizadas.

Logo, ainda que não se possa obter material para análise da eficiência da UTC e suas propostas na cooperação descentralizada, é possível observar a realização das propostas estabelecidas em seus encontros. O conteúdo das propostas em atas aqui analisadas também foi dividida em seis áreas temáticas: artes plásticas e fotografia; patrimônio cultural e urbanismo; música, danças e festivais populares; teatro, mídias e cinema; literatura e educação; e promoção institucional e ação social. Seguindo a análise das atas disponibilizadas pela própria Unidade Temática de Cultura, de 2004 até 2011⁷, é possível identificar as áreas de maior cooperação cultural, bem como identificar os setores da cultura em que essas cidades investem seus esforços. A seguir o quadro elaborado sobre as análises das iniciativas nas áreas temáticas da Unidade Temática da Cultura das Mercocidades:

TABELA II: ATIVIDADES DA UNIDADE TEMÁTICA DE CULTURA DAS MERCOCIDADES

Áreas Temáticas Específicas	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Teatro, Mídias e Cinema	4	1	6	6	4	3	7	31
Artes Plásticas e Fotografia	4	2	5	3	3	7	6	30
Patrimônio Cultural e Urbanismo	5	2	2	4	3	2	7	25
Literatura e Educação	2	2	6	3	3	1	2	19
Música, Dança e Festas Populares	3	0	1	2	3	1	3	13

FONTE: Elaboração própria dos autores.

Nas artes plásticas e fotografia se inserem as iniciativas de concursos plásticos e de fotografia, bem como a relação de exposições e instalações dessas produções artísticas que requerem cuidados logísticos e administrativos muito semelhantes. Em patrimônio cultural e urbanismo se inserem as iniciativas direcionadas aos museus,

⁷ A disponibilização das atas e demais relatórios das reuniões entre as cidades na Unidade Temática da Cultura encontra-se no site institucional da Rede Municipal de Mercocidades a partir do ano de 2004 até 2011, não cobrindo apenas o ano de 2005.



arquitetura, intervenções urbanas, recuperação e manutenção do patrimônio material, bem como o intercâmbio de propostas que facilitem a acessibilidade do cidadão à cultural em espaços institucionalizados. Em música, dança e festas populares se inserem as manifestações específicas de cada área que, no caso das propostas da UTC, estão integradas nos festivais populares e no intercâmbio cultural das tradições locais pela música. Teatro, mídias e cinema formam uma área temática única pela natureza das propostas encontradas na UTC, bem como literatura e educação que também se relacionam quase sempre pela produção literal de material didático. Por fim, a promoção institucional e a ação social, ainda que não seja uma área temática da cultura, forma uma área própria que está presente em todas as atas da UTC, sendo o principal objetivo o fortalecimento da Rede e o desenvolvimento social das cidades envolvidas através da cultura.

Nos documentos de 2004 foram registrados doze propostas culturais. Estando o Festival de Cultura das Mercocidades em três áreas temáticas específicas (artes plásticas, música e teatro), podem-se contabilizar dezoito iniciativas temáticas. Entretanto, os dados do ‘total de propostas culturais’ não é a soma das iniciativas das áreas temáticas, mas sim a soma individual dos projetos propostos encontrados nas atas e circulares do ano referido, no caso, apenas doze. Em 2004, além do Festival de Cultura das Mercocidades, as propostas que mais se destacaram foram: o Concurso Internacional de Fotografia da Rede de Mercocidades; Mostra Mercovídeo; Projeto Mercodramaturgia Contemporânea de textos teatrais, a cargo da cidade de Goiânia; e o Prêmio Mercocidades de Cultura proposta por Juiz de Fora que englobou as cinco áreas temáticas, como as artes, a dança e a cinematografia. O ano de 2005 não possui documentação disponível para consulta e, portanto, após as análises do ano de 2004 segue-se por 2006.

Ainda que aproximadamente com o mesmo número de encontros dos demais anos, 2006 registrou apenas sete projetos culturais, e focou mais na manutenção e reforma das iniciativas culturais e institucionais já em desenvolvimento. Destacaram-se ao longo do ano os seguintes projetos: VI Edição do Concurso de Fotografia, com o tema “água e cidadania”; Passaporte Ida e Volta, incentivando o intercâmbio de artistas plásticos de cidades da Rede; Festival de Curtas; e a criação das Redes de Museus e de Centros Históricos. Em 2007 o número de projetos aumenta significativamente, chegando a 20, sobretudo pelas iniciativas de criação de premiações em áreas temáticas específicas da cultura, como; Prêmio Dramaturgia de Mercocidades; e o Prêmio Luis de Tejada de Literatura das Mercocidades. A busca pelo incentivo às manifestações artísticas através



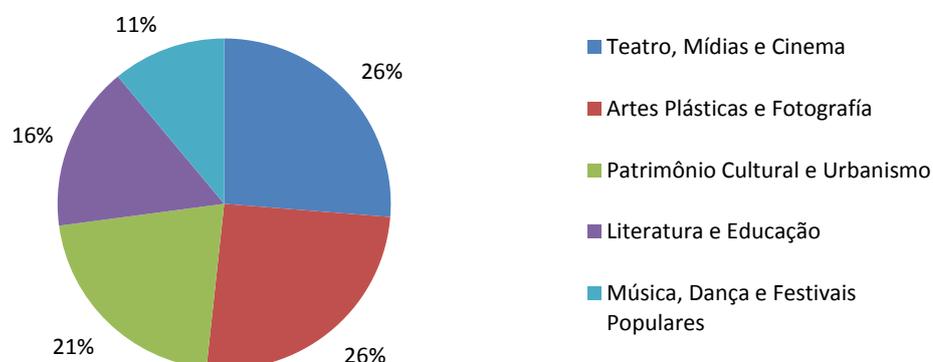
desses prêmios somou-se a outras iniciativas do ano como; Fundo de Estímulo ao Teatro das Mercocidades; e a produção do Calendário Cultura em forma de revista para organizar as iniciativas já em andamento, bem como compartilhar e promover eventos e concursos culturais das cidades-membro.

Em 2008 os projetos das cidades Maldonado e Belo Horizonte – propondo difusão de vídeos sobre o carnaval das culturas locais dos membros da Rede e a promoção de intercâmbio entre escolas de entalhe, artes e ofícios pelo patrimônio cultural – englobou mais de uma área temática, diferenciando, assim como em 2004, o número total das propostas culturais (16) das iniciativas em áreas temáticas (18). 2008 também se destacou pela inclusão das propostas da cidade de Caracas, como o Festival de Teatro e a Grande Feira de Cinema. Em 2009 os projetos culturais chegaram a dezesseis ao todo, coincidindo com o número de iniciativas das áreas temáticas específicas. La Plata, Mar Del Plata e Santa Fé propuseram intercâmbios de coros musicais e orquestras infanto-juvenis, bem como a elaboração de uma ópera com Moron que incrementou as áreas da música e do teatro dentro da UTC, com o maior número de iniciativas musicais até 2011.

Em 2010 o total de projetos culturais chega a quatorze, menor número desde 2006. Nesse ano o destaque fica para as iniciativas que se preocupavam com a logística das obras de arte dentro da Rede por Malvinas Argentinas, bem como a produção didática infantil sobre as cidades membros por Quilmes. Já em 2011 o número de projetos culturais e iniciativas temáticas específicas volta a crescer, chegando a vinte e cinco, e supera todos os demais anos anteriores. No último ano analisado a atuação das cidades superou todos os anos anteriores em números de iniciativas temáticas, mas não é possível afirmar um crescimento constante desde 2004. Todavia, os resultados indicam que existe uma média de iniciativas acima de dez projetos por ano e, se for contabilizada uma média diante das iniciativas divididas pelas áreas temáticas, chega-se em uma média de 18 iniciativas temáticas anuais, o que colabora para a ideia de que as cidades mantêm uma atividade constante a nível cultural. Essa atuação constante e a promoção de projetos culturais fortalece a cultura na agenda local das prefeituras como um campo de interesse consolidado desses atores subnacionais no Cone Sul.

Entretanto, mais do que uma análise quantitativa, deve-se analisar as áreas temáticas em que essas cidades atuam e relacioná-las às propostas de seus Estados-Nação dentro do Mercosul. A seguir encontra-se a tabela IV sobre as atividades culturais da UTC de forma percentual para cada área temática de atuação das cidades entre 2004 até 2011:

Gráfico II: Atividades Culturais da UTC



FONTE: Elaboração própria dos autores.

Analisando a tabela IV, que retrata as atividades das cidades por áreas específicas dentro da Unidade Temática de Cultura das Mercocidades, de 2004 até 2011, percebe-se uma maior atuação e elaboração de projetos em teatros e cinema (26%) em contrapartida à literatura, educação (16%) e festivais populares (11%). Se relacionarmos a atuação das cidades por áreas temáticas junto aos Estados do MERCOSUL em suas atividades culturais (tabela II) pode-se perceber dois caminhos distintos: enquanto os Estados buscam cooperar mais no campo da literatura, diminuindo barreiras culturais, as cidades buscam incentivar a produção midiática e plástica, expondo suas identidades e valores locais. Além disso, enquanto nos documentos do MERCOSUL palavras como 'aproximação' e 'integração' são mais frequentes, na UTC das Mercocidades, palavras como 'valorização' e 'maior participação' aparecem em número significativo. A defesa das cidades em projetos que resultem em uma autonomia cultural dos governos locais, como a proposta de Montevideu de 'descentralização cultural' (Ata set. de 2007), reforçam a consciência de que esses atores buscam definir agendas culturais autonomamente, sem se submeter exclusivamente às políticas culturais de seus governos centrais para a região.

Ao reconhecer, em 1995 que as cidades mantinham uma atuação coletiva (Mercocidades) e ao institucionalizar essa rede ao MERCOSUL, o princípio da subsidiariedade prevaleceu assim como ocorrera com as Eurocidades na União Europeia. Todavia, ainda que parte do MERCOSUL, as Mercocidades possuem autonomia para traçarem políticas culturais próprias que, quase sempre buscam a aproximação sem buscar a diminuição de 'barreiras culturais', ao contrário, tendo analisado os projetos e



iniciativas das cidades, de 2004 até 2011, percebe-se que, diferentemente de seus governos centrais, as cidades buscam a valorização e a divulgação de suas peculiaridades culturais. As trocas artísticas e questões de logística e acervos estão quase sempre presentes nas atas e circulares da UTC. Entretanto, diferentemente das preocupações dos governos centrais, essas questões não buscam diminuir barreiras de leis nacionais, apenas buscam métodos de conservação e melhor transporte. Portanto, pode-se defender que, enquanto os Estados buscam diminuir distâncias culturais e barreiras burocráticas, as cidades investem na produção e divulgação cultural de seus membros, bem como na valorização das peculiaridades culturais de cada região e das identidades particulares de cada membro da Rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a atuação dos Estados demonstrou caminhos distintos das cidades, ainda que pertencentes a um mesmo processo de integração do MERCOSUL, possivelmente foi porque cada ator, dentro do princípio da subsidiariedade, pôde exercer suas ferramentas e, sobretudo, defender aquilo que lhes era mais importante, visto suas obrigações para com suas sociedades. A importância desse estudo sobre a atuação cultural das cidades se sustenta, principalmente, pela percepção de que esses novos atores subnacionais preenchem lacunas da atuação dos Estados, visto as diferenças de natureza de soberania, discurso e relação com as demandas sociais internas. Os interesses das esferas nacional e local, mais uma vez, se mostraram distintos e, no caso da temática cultural, as cidades veem mostrando maior interesse em cooperar e em materializar projetos propostos ao longo dos últimos anos.

Percebe-se que o princípio da subsidiariedade está presente no MERCOSUL, tanto pela legitimação dos governos centrais do MERCOSUL, ao reconhecer e institucionalizar a Rede de Mercocidades em 1995, como através da manutenção de atividades transnacionais levadas a diante pelas cidades-membro nas Unidades Temáticas da Rede, englobando não apenas discursos de identidade nacional ou regional, mas valorizando as práticas, produções e identidades locais. A necessidade de elaborar políticas culturais que se descentralizem das agendas dos governos nacionais – como proposta por Montevideu – busca identificar e exaltar a pluralidade cultural da região independente de fortalecer ou não barreiras culturais para a integração. A ideia da aproximação cultural está no



conhecimento da produção do outro, muito menos do que na elaboração de normas e leis que imponham a cooperação cultural de forma vertical.

Ao subsidiarem concursos, prêmios e a elaboração de agendas coletivas, as cidades permitem não apenas a valorização das diversas culturas representadas como também o diálogo que resulta na compreensão do outro sem lhe negar seus valores socioculturais particulares. Dentro das novas possibilidades advindas de um novo cenário globalizando as trocas de informações e a logística do saber, a cultura como temática ultrapassa fronteiras e exige das ciência política e relações internacionais um exercício constante em reinterpretar o contemporâneo e seus novos atores. Os processos transnacionais, ainda que reconhecendo o Estado como um importante ator geopolítico, permitiram com que novas vozes fossem escutadas no cenário internacional e novas organizações, de naturezas diversas, fossem erguidas para se relacionar direta ou indiretamente com os atores tradicionais. O efeito bumerangue não é exclusivo desses novos atores transnacionais e subnacionais, mas se analisado no caso das Mercocidades é capaz de dar respostas significativas ao processo de internacionalização das agendas municipais.

As reuniões ministeriais do MERCOSUL foram de extrema importância para a inclusão da temática cultural dentro dos processos de integração e aproximação dos Estados do Cone Sul. Todavia, a cultura, por abarcar tantas possibilidades, manifestações, línguas e criações artísticas, necessita de um cuidado maior por parte dos Estados-membros. Estes, por sua vez, ao reconhecerem a importância da Rede de Mercocidades, fortaleceram o princípio da subsidiariedade permitindo com que os governos locais – aqui analisados pelas cidades – pudessem atuar num cenário internacional de forma a fortalecer a questão cultural em suas diversas representações, desde identidades locais até símbolos e folclores regionais. A diversidade cultural não deve ser vista como um desafio à integração e à aproximação dos povos, muito pelo contrário. Como visto através das iniciativas da Unidade Temática de Cultura, de 2004 até 2011, cidades geograficamente distantes podem compartilhar interesses e práticas comuns.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOBAR, Ticio (2006). **15 Años del Mercosur: el debe y el haber de lo cultural**. Disponível em: <<http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/outros/TextoMercosul-TicioEscobar.doc>> Acesso em: 06 jun.2012.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn (1998). **International Organization**. Cambridge: Cambridge Inc..

ROSENAU, James (1990). **Turbulence in world politics**. Princeton: Princeton University Press.

RIBEIRO, Edgar Telles (2011). **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

SALOMON, Mónica; NUNES, Carmen (2007). **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol.29, n.1, pp.99-147, 2007.

SASSEN, Saskia (2008). **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
SOARES, Maria Susana Arrosa. **A diplomacia cultural no Mercosul**. Revista Brasileira Política Internacional vol.51, n.1, pp. 53-69.

SOARES, Maria Susana Arrosa (2008). **A diplomacia cultural no Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional vol.51, n.1, pp. 53-69.

STUART, Ana Maria (2004). **Regionalismo e democracia: o surgimento da dimensão subnacional na União Europeia**. In. VIGEVANI, Tullo et al. A dimensão subnacional e as Relações Internacionais. São Paulo: Educ/Unesp/EdUSC/FAPESP..

VIGEVANI, Tullo; *et al.* (org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: UNESP, 2004.